

GLOBAL BIOTECNOLOGIA
S.A.

Demonstrações Contábeis para os Exercícios
Findos em 31 de Dezembro 2025 e
31 de Dezembro 2024

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
CIRCULANTE:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	31	1.020
Contas a Receber	6	4.816	4.695
Créditos Tributários	7	7	5
Adiantamento a Fornecedores	8	686	-
Estoques	9	418	336
Despesas Antecipadas	10	3	3
Total		<u>5.962</u>	<u>6.058</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos e Cauções	11	779	512
Imobilizado Líquido	12	487	1.152
Intangível	13	1.732	1.639
Total		<u>2.998</u>	<u>3.303</u>
TOTAL		<u><u>8.960</u></u>	<u><u>9.361</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE:			
Fornecedores	14	143	89
Obrigação com Pessoal	15	6	5
Outras Contas a Pagar	16	398	393
Adiantamento de Clientes	17	116	315
Obrigações Fiscais	18	274	235
Venda Entrega Futura	19	-	83
Duplicatas Descontadas	20	-	1.321
Parcelamentos Fiscais (CP)	21	68	61
Empréstimos e Financiamentos (CP)	22	1.415	1.625
Empréstimos Partes Relacionadas (CP)	22	753	-
Total		<u>3.174</u>	<u>4.127</u>
NÃO CIRCULANTE:			
Empréstimos e Financiamentos (LP)	22	1.371	840
Empréstimos Partes Relacionadas (LP)	22	1.072	1.916
Parcelamentos Fiscais (LP)	21	118	173
Total		<u>2.561</u>	<u>2.929</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social	23	10.282	10.282
Lucros ou Prejuízos Acumulados	23	(7.077)	(7.997)
Reserva Legal	23	19	19
Total		<u>3.225</u>	<u>2.304</u>
TOTAL		<u><u>8.960</u></u>	<u><u>9.361</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024.
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS:</u>			
RECEITA			
Receita Líquida com Vendas de Mercadorias	24	7.313	3.838
CUSTO			
Custo das Mercadorias Vendidas	25	(523)	(549)
LUCRO BRUTO		<u>6.790</u>	<u>3.289</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Fábrica	26	(634)	(495)
Despesas Comerciais	27	(2.809)	(1.750)
Despesas Gerais e Administrativas	28	(1.581)	(1.379)
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	29	(124)	(239)
Outras Receitas e Despesas	30	(101)	(18)
LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL		<u>1.542</u>	<u>(593)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	31	(351)	(321)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>1.191</u>	<u>(914)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(271)	(165)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>920</u>	<u>(1.079)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Resultado abrangente total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10.282	(6.772)	3.510	
Aumento de Capital			-	
Ajuste a Débito de ICMS			(147)	
Resultado Líquido do Exercício		(1.079)	(1.079)	(1.079)
Reserva Legal			19	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	10.282	(7.997)	2.304	
Resultado Líquido do Exercício		920	920	920
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	10.282	(7.077)	3.224	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	920	(1.008)
Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	-	72
Ajuste a Débito de ICMS	-	(147)
Constituição de Reserva Legal	-	19
Diminuições (aumentos) nos Ativos		
Contas a Receber	(121)	417
Créditos Tributários	(2)	397
Adiantamento a Fornecedores	(686)	8
Estoques	(82)	294
Depósitos e Cauções	(267)	(57)
Aumentos (diminuições) nos Passivos		
Fornecedores	55	78
Obrigação com Pessoal	0	(2)
Outras Contas a Pagar	(1.316)	(222)
Obrigações Fiscais	(8)	266
Adiantamento de Clientes	(198)	315
Venda Entrega Futura	(83)	83
Caixa Líquido Proveniente das (usado nas) Atividades Operacionais	<u>(1.789)</u>	<u>422</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado	665	(1.007)
Aquisição de Ativo Intangível	(93)	(23)
Caixa Líquido Proveniente das (usado nas) Atividades de Investimento	<u>571</u>	<u>(1.031)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	-	-
Captação (Liquidação) de Empréstimos	230	891
Caixa Líquido Proveniente das (usado nas) Atividades de Financiamento	<u>230</u>	<u>891</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(989)	302
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.020	717
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>31</u>	<u>1.020</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(989)</u>	<u>302</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

(Valores expressos em milhares de reais, salvo indicação em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A., inscrita sob o CNPJ 24.777.865/0001-27, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia BR 354, nº 925 – Centro, da cidade de Pouso Alto, estado de Minas Gerais. Tem como objeto social a produção e comercialização de produtos biotecnológicos naturais, à base de microrganismos não modificados geneticamente, caracterizados como bioinsumos, com início de atividades em 11 de maio de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de abril de 2025 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelas normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

As práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, entretanto, existem algumas poucas diferenças, nenhuma afetando a Sociedade.

2.2 Declaração de relevância

Foi aplicada a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros para fins gerais. Nesse sentido, a Sociedade atende aos requisitos mínimos exigidos, ao mesmo tempo em que divulga apenas informações relevantes, com o objetivo de auxiliar os usuários externos na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes utilizadas na gestão dos negócios estão evidenciadas neste relatório.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir, para determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na aquisição dos ativos.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A Administração da Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras em Reais (R\$), moeda funcional da Entidade, com saldos arredondados para o milhar mais próximo.

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento do exercício, sendo as variações cambiais decorrentes reconhecidas no resultado do período em que ocorreram.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada operação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente da transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vigência do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.2 Reconhecimento de ativos

Um ativo é um recurso econômico presente, controlado pela Sociedade como resultado de eventos passados, do qual se espera que fluxos de benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade. Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros por meio dele e seu valor puder ser mensurado com confiabilidade.

3.3 Reconhecimento de passivos

Um passivo é uma obrigação presente da Entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. O reconhecimento de um passivo ocorre quando a Companhia possui uma obrigação atual derivada de fatos contábeis anteriores, sendo provável que sua liquidação exija a saída de recursos econômicos ou financeiros e, por fim, quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.4 Reconhecimento de receita

A receita representa a entrada bruta de benefícios econômicos durante o período proveniente das atividades normais da Companhia, que resulta no aumento do patrimônio líquido, excluindo-se as contribuições dos proprietários. É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes, quando aplicável. O reconhecimento ocorre quando há um aumento nos ativos ou uma redução nos passivos, desde que esses efeitos possam ser mensurados com confiabilidade e reflitam ganhos reais não provenientes de transações com os sócios.

As fontes de receita da Sociedade são descritas a seguir:

Receita de vendas

Corresponde à comercialização de mercadorias vinculadas à atividade principal. O reconhecimento ocorre com a transferência do controle e dos riscos ao comprador, sem retenção de envolvimento com os bens, desde que a transação seja mensurável de forma confiável, tanto em relação à receita quanto aos custos.

Receita financeira

Refere-se a juros cobrados de clientes, descontos obtidos de fornecedores, variações cambiais positivas e rendimentos de aplicações financeiras ocorridas no período. É reconhecida quando há expectativa de recebimento de benefícios econômicos e o valor possa ser mensurado com segurança. Os juros são apropriados pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Receita não operacional

Compreende receitas eventuais decorrentes de transações não incluídas na atividade principal da Companhia.

3.5 Reconhecimento de despesas

A despesa representa reduções nos ativos ou aumentos nos passivos que resultam em redução do patrimônio líquido, exceto aquelas relacionadas à distribuição aos proprietários. O reconhecimento das despesas ocorre quando essa variação é mensurável de forma confiável, refletindo sacrifícios econômicos decorrentes do exercício da atividade da Entidade.

3.6 Imobilizado

A Sociedade optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, se houver, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais.

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, incluindo todos os gastos necessários para colocação do bem em operação, bem como a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável. Esse valor é deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil, os valores residuais e o método de depreciação são revisados na data-base do balanço patrimonial, e quaisquer mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados conforme a vida útil estimada ou pelo prazo do contrato, se inferior.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

A Sociedade revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos tangíveis, a maior parte desses ativos correspondem a máquinas, equipamentos de informática, móveis e utensílios. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são analisados pela Administração sempre que existirem indícios de que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

As perdas são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo de longa duração excede o seu valor recuperável, determinado como o maior entre: (a) o valor em uso, que corresponde ao valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros; ou (b) o valor justo de venda, deduzido dos custos estimados de venda.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legais ou presumidas, resultantes de eventos passados, desde que seja possível estimar o valor de forma confiável e que seja provável a necessidade de saída de recursos para sua liquidação.

O valor registrado como provisão representa a melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando os riscos e as incertezas envolvidos. Quando a mensuração da provisão se baseia em fluxos de caixa estimados, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro for relevante.

Se a liquidação da obrigação puder ser reembolsada por terceiros, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado com confiabilidade.

Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis para seu cumprimento excedem os benefícios econômicos que dele se espera obter. A Sociedade não possui contrato oneroso em 31 de dezembro de 2023 e de 2024.

Reestruturações

A provisão para reestruturação é reconhecida quando houver um plano formal detalhado e houver sido criada expectativa válida entre as partes afetadas de que a reestruturação será realizada. A Sociedade não possui plano de reestruturação, portanto, não foram registradas provisões relacionadas.

3.9 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade firma contratos relacionados à prestação de serviços, empréstimos, financiamentos, mútuos ou outros instrumentos semelhantes.

Esses instrumentos são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

3.10 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação, conforme as práticas de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercados ativos. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto os designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados periodicamente quanto à necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, com base em evidência objetiva de que o valor contábil não será recuperado, como por exemplo:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- Indício de falência ou reestruturação financeira;
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do contas a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Baixa de ativos financeiros

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado. Em 2023 e 2024, a Sociedade não efetuou baixa de ativos financeiros.

3.11 Passivos financeiros

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Sociedade:

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta os fluxos de caixa futuros estimados, considerando encargos, custos de transação, prêmios ou descontos, ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Contratos de garantia financeira

A Sociedade mantém dois contratos de garantia financeira firmados com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e com o Ura Agro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Baixa de passivos financeiros

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do período.

3.12 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social registrada nas demonstrações financeiras corresponde exclusivamente aos tributos correntes. A Sociedade não possui impostos diferidos.

A Companhia optou pelo regime de tributação do lucro presumido. De acordo com a legislação fiscal vigente no Brasil, a alíquota nominal do imposto de renda (IRPJ) é de 15%, aplicada sobre a base de cálculo presumida conforme a atividade econômica exercida. Poderá haver um adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é apurada à alíquota de 9%, também com base no percentual de presunção sobre a receita bruta da Sociedade.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Sociedade deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Tais estimativas e premissas são baseadas em experiências anteriores e em outros fatores considerados relevantes, sendo que os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorrem, caso afetem somente o período atual, ou também em períodos futuros, quando aplicável.

Abaixo são apresentados os principais julgamentos da Administração na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, exceto aqueles relacionados a fontes de incertezas (vide nota explicativa nº 4.1), e que impactam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Sociedade em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A PCLD é registrada com o objetivo de refletir, de forma adequada, os valores das contas a receber que apresentam risco provável de não serem quitados. Essa estimativa contábil ajusta os ativos à sua real capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. O valor da provisão é reconhecido como despesa no resultado do período em que a expectativa de perda é identificada. Caso ocorra a liquidação de valores previamente provisionados, a respectiva despesa é revertida e registrada como receita de reversão da PCLD.

A Administração avalia periodicamente os saldos de contas a receber com base na análise de crédito dos clientes, utilizando a pontuação de risco do Serasa. Essa avaliação é complementada por fatores como histórico de pagamentos, experiências passadas de inadimplência e análise da situação financeira atual de cada, a fim de atualizar, a cada exercício, o valor estimado da provisão.

Provisão de Contingências

Contingências são situações ou condições resultantes de eventos passados, cujo desfecho, favorável ou desfavorável, depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. As provisões, por sua vez, referem-se a obrigações presentes que são reconhecidas com o objetivo de registrar, conforme o regime de competência, despesas que provavelmente ou certamente ocorrerão no futuro.

As contingências somente devem ser reconhecidas no passivo, por meio da constituição de provisão, quando há uma expectativa de perda considerada provável e quando forem atendidos, simultaneamente, os seguintes critérios:

- Existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em decorrência de evento passado;
- Probabilidade de saída de recursos para a liquidação da obrigação;
- O montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança.

A estimativa dessas despesas é baseada no julgamento da Administração, considerando as informações disponíveis no momento da avaliação. A Sociedade provisionou contingências referentes a IRRF sobre pagamentos de juros sobre empréstimos com partes relacionadas apenas nos exercícios de 2022 e 2023.

4.1 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas e fontes de incerteza que podem resultar em ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos da Sociedade nos próximos exercícios.

Recuperação de ativos de vida longa

O teste de recuperabilidade (*impairment*) é aplicado para avaliar se o valor contábil de um ativo de longa duração pode ser recuperado, a fim de evitar que ativos fiquem superavaliados no balanço patrimonial. Conforme descrito na nota 3.7, a Administração considera que os valores contábeis líquidos dos ativos imobilizados não excedem seus respectivos valores recuperáveis.

Vida útil dos bens do imobilizado

Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração entende que as estimativas previamente adotadas permanecem adequadas.

Amortização dos ativos intangíveis

A amortização consiste na alocação do custo de um ativo intangível ao longo de sua vida útil. Até o exercício de 2024, a Sociedade não realizou amortizações sobre seus ativos intangíveis. A Administração reconhece a complexidade de estimar a vida útil de seus estudos científicos, mas reitera a intenção de reconhecer a desvalorização desses ativos no resultado do exercício de 2025.

Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas 3.10 e 3.11, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que incluem premissas que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as metodologias adotadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.2 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros e entende que as novas orientações do IFRS 9 não geram impactos significativos na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. Os contratos são reconhecidos como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não é esperado impacto na classificação e mensuração desses instrumentos financeiros.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração avaliou todos os seus contratos com clientes e não identificou alterações no método de reconhecimento das suas receitas. O padrão de transferência dos serviços da Sistac é homogêneo, visto que, o serviço é prestado com base nas diárias definidas em contrato. Existe um padrão consistente de transferência de serviços durante o período do contrato. O preço de transação deve ser reconhecido mensalmente de acordo com a prestação dos serviços.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos Conta Movimento	1	-
Aplicações Financeiras	30	1.020
Total	<u>31</u>	<u>1.020</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata. As aplicações estão registradas pelos valores originais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Esses investimentos referem-se a aplicações em conta no banco Itaú, com rentabilidade de até 100% do CDI, conforme o tempo de permanência nas aplicações automáticas.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a Receber	4.948	4.825
PCLD	(132)	(130)
Total	<u>4.816</u>	<u>4.695</u>

O saldo de contas a receber representa os valores a serem recebidos pela Sociedade decorrentes da venda de mercadorias, já deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

Composição por vencimento do contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	1.640	2.273
Vencidos até 180 dias	383	50
Vencidos de 181 a 365 dias	830	257
Vencidos de 366 a 730 dias	300	2.115
Vencidos a partir de 731 dias	1.663	-
Total	<u>4.816</u>	<u>4.695</u>

Quanto as estimativas de perdas de créditos esperadas, a Sociedade aumentou a provisão reconhecida no exercício anterior, avaliando os prováveis valores irrecuperáveis seguindo os critérios esclarecidos na nota explicativa nº 4.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo no início do período	(130)	(69)
Reversão PCLD	-	-
PCLD	(2)	(61)
Total	<u>(132)</u>	<u>(130)</u>

Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vencidos de 731 a 1.095 dias	(2)	(86)
Vencidos de 1.096 a 1.460 dias	(86)	(19)
Vencidos a partir de 1.461 dias	(44)	(25)
Total	<u>(132)</u>	<u>(130)</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente desde a concessão inicial até o encerramento do período. A Administração avalia regularmente a recuperabilidade desses valores e entende que não há concentração relevante de risco, dado que sua base de clientes é diversificada e sem vínculos entre si.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IR sobre Aplicação Financeira	7	5
Total	<u>7</u>	<u>5</u>

Os montantes registrados no balancete representam créditos tributários recuperáveis, originados da retenção do imposto incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras mantidas pela companhia junto às instituições financeiras. Dessa forma, esses valores serão utilizados pela companhia para abatimento de tributos federais futuros, conforme permitido pela legislação fiscal.

8. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento a Fornecedores	36	-
Outros Valores a Receber	650	-
Total	<u>686</u>	<u>-</u>

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a valores pagos antecipadamente a fornecedores da Companhia para aquisição futura de bens ou contratação de serviços. Tais montantes são registrados no ativo até o momento da entrega dos bens ou da prestação dos serviços correspondentes, quando então são reconhecidos como custo ou despesa conforme a natureza da transação.

Os saldos de adiantamentos são avaliados periodicamente pela administração para verificar a existência de eventuais perdas por não realização. Quando aplicável, são constituídas provisões para perdas estimadas, caso haja evidências de que os bens ou serviços não serão recebidos conforme acordado.

9. ESTOQUES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Matéria-prima	130	69
Embalagem	213	176
Produto em Processo	25	65
Produto Acabado	35	20
Estoque em Poder de Terceiro	15	6
Total	<u>418</u>	<u>336</u>

Os insumos são registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos para trazer os estoques às suas condições atuais. Parte dos

estoques encontra-se em poder de terceiros, referentes a produtos enviados a representantes comerciais sob a modalidade de consignação mercantil.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas Antecipadas com Seguros.	3	3
Total	<u>3</u>	<u>3</u>

Corresponde as despesas com seguros pagas antecipadamente, que são apropriadas no resultado proporcionalmente ao longo da vigência de cada contrato. Essas despesas referem-se aos prêmios de seguros contratados junto à Porto Seguro, para cobertura de sinistros na fábrica, e à Tokio Marine, relacionado ao seguro de responsabilidade civil dos administradores.

11. DEPÓSITOS E CAUÇÕES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Garantia BDMG	771	504
Caução	8	8
Total	<u>779</u>	<u>512</u>

Os depósitos e cauções correspondem a valores vinculados a garantias contratuais.

O aumento observado em comparação ao exercício de 2024 decorre do recebimento da última tranche do financiamento vinculado ao projeto de inovação contratado junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em outubro de 2025, no valor de R\$ 642.857,14 (seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos). Em razão dessa liberação de recursos, foi constituída nova garantia no montante de R\$ 192.857,14 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos).

Ao final do exercício, o saldo é composto por duas principais garantias: (i) o depósito em CDB, com rendimento de 95% do CDI e vencimento em 6 de novembro de 2028, relacionado ao projeto FINEP/ BDMG; e (ii) a caução locatícia do galpão destinado à armazenagem de estoques, localizado na cidade de São Lourenço, Minas Gerais.

12. IMOBILIZADO

a. Composição dos saldos

				<u>2025</u>	<u>2024</u>
	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias	10%	230	(118)	112	17
Instalações Industriais	10%	268	(214)	53	70
Instalações Administrativas	10%	6	(5)	1	2
Máquinas e Equipamentos	10%	399	(116)	283	1.029
Móveis e Utensílios	10%	52	(36)	16	17
Computadores e Periféricos	20%	38	(24)	14	17
Benfeitorias em Andamento	-	9	-	9	-
Total		<u>1.002</u>	<u>(515)</u>	<u>487</u>	<u>1.152</u>

A Administração considera que o valor contábil líquido dos bens imobilizados da Sociedade não excede ao seu valor recuperável.

b. Movimentação 2024

	Saldo Líquido 31/12/23	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo Líquido 31/12/24
Benfeitorias	22	-	-	(5)	17
Instalações Industriais	100	-	-	(29)	71
Instalações Administrativas	2	-	-	(1)	1
Máquinas e Equipamentos	54	1.004	-	(29)	1.029
Móveis e Utensílios	18	3	-	(4)	17
Computadores e Periféricos	20	1	-	(4)	17
Total	<u>216</u>	<u>1.008</u>	<u>-</u>	<u>(72)</u>	<u>1.152</u>

c. Movimentação 2025

	Saldo				Saldo
	Líquido	Adições	Baixa	Depreciação	Líquido
	31/12/24				31/12/25
Benfeitorias	17	101	-	(6)	112
Instalações Industriais	71	6	-	(24)	53
Instalações Administrativas	1	-	-	-	1
Máquinas e Equipamentos	1.029	310	(1.049)	(7)	283
Móveis e Utensílios	17	3	-	(4)	16
Computadores e Periféricos	17	-	-	(3)	14
Benfeitorias em Andamento	-	116	(107)	-	9
Total	1.152	537	(1.156)	(45)	487

A principal oscilação observada em comparação ao exercício anterior ocorreu na conta de máquinas e equipamentos, em razão da venda de três maquinários agrícolas e da aquisição de outros três equipamentos, recebidos como forma de dação em pagamento decorrente da renegociação de dívida com um cliente. Adicionalmente, o aumento na conta de benfeitorias decorre da conclusão das obras para a implantação de um poço artesiano destinado à captação de água utilizada no processo produtivo.

13. INTANGÍVEL

a. Composição dos saldos

				2025	2024
	Taxas anuais de Depreciação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Licenças e Patentes	10%	1.305	-	1.305	1.305
Estudos Científicos	10%	427	-	427	334
Total		1.732	-	1.732	1.639

O intangível da Companhia é composto pela licença de uso da tecnologia da SCD Probiotics, registrada no INPI desde 2022, e por estudos científicos relacionados ao desenvolvimento de produtos, ambos classificados pela Administração como ativos de vida útil indefinida.

Os ativos intangíveis classificados como de vida útil indefinida são aqueles para os quais não há limite previsível para o período de geração de benefícios econômicos futuros. Esses ativos não são amortizados e são submetidos, ao menos anualmente, a testes de recuperabilidade, conforme previsto no CPC 01. Eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

b. Movimentação 2024

	Saldo Líquido				Saldo
	<u>31/12/23</u>	Adições	Baixa	Amortização	Líquido
					<u>31/12/24</u>
Licenças e Patentes	1.305	-	-	-	1.305
Estudos Científicos	311	23	-	-	334
Total	<u>1.616</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.639</u>

c. Movimentação 2025

	Saldo Líquido				Saldo
	<u>31/12/24</u>	Adições	Baixa	Amortização	Líquido
					<u>31/12/25</u>
Licenças e Patentes	1.305	-	-	-	1.305
Estudos Científicos	334	93	-	-	427
Total	<u>1.639</u>	<u>93</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.732</u>

14. FORNECEDORES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores matéria-prima	27	32
Fretes a pagar	114	55
Fornecedores outros serviços	2	2
Total	<u>143</u>	<u>89</u>

Esta conta registra os valores devidos a fornecedores referentes à aquisição de matérias-primas, insumos de produção, fretes e outros serviços.

15. OBRIGAÇÃO COM PESSOAL

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pró-labore	4	4
INSS	2	1
Total	<u>6</u>	<u>5</u>

A conta de obrigação com pessoal corresponde a valores devidos a título de pró-labore, bem como aos encargos trabalhistas e previdenciários a recolher relacionados à remuneração dos administradores.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Aluguéis	1	-
Certificações	22	19
Contabilidade	4	4
Dividendos	370	370
Serviços	1	-
Total	<u>398</u>	<u>393</u>

O saldo registrado em outras contas a pagar refere-se a obrigações decorrentes de serviços contratados, incluindo a certificação de conformidade de produtos orgânicos pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), honorários do escritório contábil e valores de dividendos a serem distribuídos aos acionistas até que haja disponibilidade de caixa pela Companhia, na forma do art. 202, § 4º e 5º da Lei nº 6.404/1976.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2025	2024
Venda de Produto	16	215
Licença de Uso com Produtos	100	100
Total	<u>116</u>	<u>315</u>

Trata-se de valores recebidos antecipadamente de clientes. O montante inclui o sinal decorrente da negociação de exclusividade no uso do produto TCP Café, bem como adiantamentos por vendas futuras.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2025	2024
IRPJ	52	55
IRRF / CSRF	1	6
CSLL	29	28
ICMS	64	31
PIS	5	3
COFINS	25	14
Provisão de Contingências	98	98
Total	<u>274</u>	<u>120</u>

Os saldos de obrigações fiscais abrangem os impostos a recolher incidentes sobre as operações e o lucro da Companhia, além da provisão para contingências relacionada ao IRRF incidente sobre pagamentos de juros sobre empréstimos com partes relacionadas.

19. VENDA ENTREGA FUTURA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Venda entrega futura	-	83
Total	<u>-</u>	<u>83</u>

A conta registra operações em que há faturamento antecipado das mercadorias, com entrega prevista para data futura, conforme estipulado no acordo comercial entre as partes. A receita só é reconhecida no momento da efetiva entrega do produto ao comprador, em conformidade com o princípio da realização da receita.

20. DUPLICATAS DESCONTADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Duplicatas Descontadas	-	1.591
Juros a Apropriar	-	(270)
Total	<u>-</u>	<u>1.321</u>

O saldo dessa conta representa antecipações de recebíveis realizadas por meio de desconto de duplicatas junto a instituições financeiras.

21. PARCELAMENTOS FISCAIS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Simplex Nacional	15	24
ICMS Retroativo	154	193
Imposto de Renda Retido	17	17
Total	<u>186</u>	<u>234</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>61</u>
	<u>Longo Prazo</u>	<u>173</u>

O saldo desta conta é composto por obrigações parceladas relacionadas ao Simplex Nacional, ICMS retroativo decorrente da perda de benefício fiscal após autuação pela autoridade fiscal, e valores de Imposto de Renda Retido sobre empréstimo realizado com parte relacionada.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Empréstimos Partes Relacionadas	1.825	1.916
Empréstimos e Financiamentos	2.786	2.465
Total	<u>4.611</u>	<u>4.381</u>
	<u>Curto prazo</u>	<u>1.625</u>
	<u>Longo prazo</u>	<u>2.756</u>

Esta conta compreende os valores obtidos por meio de empréstimos concedidos pelos acionistas da Sociedade, recursos captados junto a instituições financeiras e financiamento contratado no âmbito de projeto de inovação.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital totalmente subscrito e integralizado é de R\$10.282.028,72 (dez milhões, duzentos e oitenta e dois mil, vinte e oito reais e setenta e dois centavos), dividido em 2.478.846 (dois milhões, quatrocentas e setenta e oito mil, oitocentas e quarenta e seis) ações ordinárias e 620.026 (seiscentas e vinte mil e vinte e seis) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de prejuízos acumulados da Companhia totalizava R\$ 7.997.309,19 (sete milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e nove reais e dezenove centavos). Com o resultado do exercício de 2025, no qual foi apurado lucro no montante de R\$ 920.313,86 (novecentos e vinte mil, trezentos e treze reais e oitenta e seis centavos), a Administração decidiu, com base na prioridade legal, absorver os prejuízos acumulados da Sociedade antes de qualquer destinação do lucro para dividendos ou constituição de reservas, conforme disposto no art. 189 da Lei nº 6.404/76.

Reserva Legal

Em 12 de dezembro de 2023, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 389.695,30 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), teria a seguinte destinação: R\$ 19.484,77 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) foram destinados à conta de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 20, item (i), do Estatuto Social da Companhia. O valor remanescente, de R\$ 370.210,52 (trezentos e setenta mil, duzentos e dez reais e cinquenta e dois centavos), foi declarado como dividendo a ser distribuído aos acionistas, proporcionalmente às suas participações no capital social, com pagamento suspenso até que haja disponibilidade de caixa, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

24. RECEITA

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e as deduções:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Venda na produção própria	8.690	4.216
Impostos sobre venda	(788)	(279)
Devoluções de venda	(589)	(99)
Receita Líquida	<u>7.313</u>	<u>3.838</u>

A receita bruta com vendas de mercadorias no exercício de 2025 totalizou R\$ 8.669.731,62 (oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos).

25. CUSTO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo das Mercadorias Vendidas	(523)	(549)
Total	<u>(523)</u>	<u>(549)</u>

Os custos das mercadorias vendidas no período totalizaram R\$ 522.686,38 (quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos). O controle dos estoques é realizado com base no método do custo médio ponderado móvel (MPM), pelo qual, a cada entrada de insumos, é calculado o custo médio dos itens estocados.

26. DESPESAS COM FÁBRICA

A seguir a composição das despesas com a fábrica:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aluguel de Equipamentos	55	38
Aluguel de Imóvel	85	84
Energia / Telefone / Internet	94	39
Depreciação	65	72
Limpeza	6	6
Manutenção	40	21
Materiais	33	21
Serviços de Colaboradores	246	204
Outros	10	10
Total	<u>634</u>	<u>495</u>

27. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas com comerciais, encontram-se divididas da seguinte maneira:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Royalties	452	103
Bonificações	93	171
Comissões	512	174
Frete sobre Vendas	795	430
Investimentos em Marketing	219	38
Serviços de Marketing	19	45
Serviços de Vendedores	259	554
Viagens Agricultura	409	234
Outros	51	1
Total	<u>2.809</u>	<u>1.750</u>

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aluguel / Condomínio	12	16
Consultorias	161	131
Honorários Contábeis	56	69
PCLD	2	61
Pró-labore	67	62
Seguros	24	23
Serviços Administrativos	1.136	705
Tributárias	45	288
Viagens	1	7
Outros	77	17
Total	<u>1.581</u>	<u>1.379</u>

As despesas gerais e administrativas incorridas no período de apuração estão distribuídas entre os principais grupos de gastos operacionais da Companhia, incluindo despesas com pessoal, serviços de terceiros, honorários, materiais de consumo, despesas com estrutura administrativa e demais custos necessários à manutenção das atividades corporativas.

29. DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Segue abaixo composição do grupo de despesas com pesquisa e desenvolvimento da Sociedade:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Consultorias	4	9
Viagens	-	130
Teste	86	29
Pesquisas	28	17
Licenças e Patentes	6	54
Total	<u>124</u>	<u>239</u>

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outras receitas	34	-
Outras despesas	(135)	(18)
Total	<u>(101)</u>	<u>(18)</u>

Outras receitas e despesas são compostas por transações não relacionadas diretamente à atividade operacional da Sociedade, como por exemplo, o ganho ou perda na venda de ativos imobilizados e a reversão de despesas com pesquisa e desenvolvimento.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras	111	172
Despesas financeiras	(462)	(493)
Total	<u>(351)</u>	<u>(321)</u>

O resultado é composto de receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras, descontos obtidos junto a fornecedores e juros recebidos de clientes. As despesas financeiras são oriundas de pagamentos de juros nas antecipações de recebíveis com bancos e instituições financeiras, de multas, tarifas bancárias e descontos concedidos.